

# *Prefeitura Municipal de Brejetuba*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO Nº. 001/2014**

**“DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EXTRA ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA”.**

**VERSÃO: 01**

**APROVAÇÃO EM: 16/06/2014**

**ATO DE APROVAÇÃO: Decreto nº 112/2014.**

**UNIDADE RESPONSÁVEL: SCO – Sistema de Contabilidade**

**A UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA-ES**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 5º, da lei municipal 602/2013, sem prejuízo das atribuições estabelecidas na lei de estrutura do município, na lei de plano de cargos e vencimentos, recomenda a quem couber os procedimentos constantes desta Norma de Procedimentos na Prática de suas atividades.

## **I - FINALIDADE**

Dispor sobre os procedimentos para o registro da execução orçamentária e extra orçamentária da receita.

## **II - ABRANGÊNCIA**

Abrange os serviços de contabilidade, tesouraria, orçamento, tributação e informática da administração direta e indireta do Município.

## **III – CONCEITOS**

### **1. Receita orçamentária**

Valores constantes do orçamento público, sua arrecadação depende de autorização legislativa, constante na própria lei do orçamento e são realizadas através da execução orçamentária.

# *Prefeitura Municipal de Brejetuba*

## **2. Receita extra-orçamentária**

Valores provenientes de toda e qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, conseqüentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos.

## **3. Lançamento contábil da receita**

Registro contábil do direito da fazenda pública em contrapartida a uma variação ativa, em contas do sistema patrimonial.

## **4. Arrecadação da receita**

É a entrega, realizada pelos contribuintes ou devedores, aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente, dos recursos devidos ao Tesouro.

## **5. Recolhimento da receita**

É a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o Princípio da Unidade de Caixa, representado pelo controle centralizado dos recursos arrecadados em cada ente.

## **6. Destinação de recurso**

Destinação de recursos é o processo pelo qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação, desde a previsão da receita até a efetiva utilização dos recursos.

## **7. Unidade de tesouraria**

O recolhimento de todas as receitas será centralizado em um caixa único, sendo vedada a criação de caixas especiais.

*Brejetuba - ES - Brasil*  
**IV – BASE LEGAL**

Os principais instrumentos legais e regulamentares que serviram de base para a presente Instrução Normativa são: Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº 101/2000, Lei Complementar nº 131/2009, Lei nº 4.320/1964, Lei nº 9.452/1997, Lei nº 9.755/1998, Instrução Normativa nº 28/1999 – TCU, Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público - CFC, Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – STN (Secretaria do Tesouro)

# *Prefeitura Municipal de Brejetuba*

Nacional), Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – STN, Lei 8.159/1991, Resolução 14/2001 do Conselho Nacional de Arquivos Públicos.

## **V – RESPONSABILIDADES**

### **1. Do Responsável pelo Sistema de Contabilidade:**

Promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada;

Exercer o acompanhamento sobre a efetiva observância das instruções normativas a que o Sistema de Contabilidade esteja sujeito;

Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a Unidade de Controle Interno - UCI, visando constante aprimoramento das instruções normativas;

Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os servidores relacionados ao Sistema de Contabilidade.

### **2. Das Unidades Executoras do Sistema de Contabilidade;**

Atender às solicitações do Responsável pelo Sistema de Contabilidade, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização; Alertar o Responsável pelo Sistema de Contabilidade sobre as alterações que se fizerem necessárias nos procedimentos de trabalho;

Realizar as atividades colocadas sob sua responsabilidade na presente instrução normativa;

Cumprir fielmente as determinações desta Instrução Normativa.

### **3. Da Unidade de Controle Interno – UCI:**

Orientar os servidores envolvidos nos procedimentos para o registro da execução orçamentária e extra-orçamentária da despesa, sempre que solicitado.

Elaborar check-list de controle;

Avaliar o cumprimento das determinações desta Instrução Normativa.

## **VI – PROCEDIMENTOS**

1. Toda cobrança de tributos deverá estar prevista em lei, sendo previamente autorizada no orçamento;

# Prefeitura Municipal de Brejetuba

**1.1** - Se no decorrer do exercício o Município vier a receber recursos não previstos no orçamento, o setor de orçamento deverá fazer inclusão da rubrica da receita na previsão atualizada, sem alterar valores da previsão inicial.

**2.** A classificação orçamentária da receita obedecerá aos artigos 10 e 11 da Lei 4.320/64 e a Portaria SOF/STN 163/2001 e alterações posteriores.

**3.** Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o setor de orçamento estabelecerá, por meio de Decreto do Executivo, as metas bimestrais de arrecadação.

**4.** O setor de tributação fará o lançamento da receita, identificando a procedência do crédito e a pessoa que lhe é devedora.

**4.1** - Será emitido Documento de Arrecadação Municipal- DAM, que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) número da DAM;
- b) identificação do contribuinte;
- c) código orçamentário de cada receita;
- d) valor de cada receita;
- e) valor total;
- f) data de expedição do documento;
- g) data de vencimento do documento;
- h) histórico.

**5.** A arrecadação da receita se fará somente em agentes arrecadadores autorizados, devendo os mesmos fornecer informações detalhadas dos valores arrecadados.

**6.** O recolhimento da receita arrecadada às contas específicas do tesouro será realizada diariamente pela tesouraria, obedecendo ao princípio da unidade de tesouraria, e baseada em documentos fornecidos pelos agentes arrecadadores.

**7.** O reconhecimento orçamentário da receita deverá ser registrado pelo regime de caixa.

# *Prefeitura Municipal de Brejetuba*

**8.** A tesouraria deverá registrar contabilmente toda entrada de receita nos cofres públicos, obedecendo a destinação dos recursos.

**8.1.** O lançamento contábil da arrecadação de receitas deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) número da DAM;
- b) data do registro;
- c) código da receita;
- d) identificação do contribuinte;
- e) conta bancária de depósito;
- f) destinação do recurso;
- g) histórico.

**9.** A tesouraria emitirá diariamente Boletim Diário de Arrecadação – BDA, para fins de verificação e controle da entrada de recursos.

**10.** A contabilidade fará conferência diária dos lançamentos da entrada de receita, com a finalidade de verificar a correta classificação orçamentária e financeira, bem como a destinação dos recursos.

**11.** Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

**12.** Os valores referentes à renúncia de receita, compensação de receita, descontos concedidos, FUNDEB, restituições e retificações de receita, serão objeto de conta redutora da receita denominada “Deduções da Receita”.

**12.1** -No caso de devolução de recursos deve-se adotar o seguinte procedimento:

- a) Se a restituição ocorrer no mesmo exercício em que foram recebidos os recursos, deve-se contabilizar como dedução de receita até o limite do valor recebido no exercício; se o valor da restituição ultrapassar o valor recebido no exercício, o montante que ultrapassar esse valor deve ser registrado como despesa orçamentária;

# *Prefeitura Municipal de Brejetuba*

b) Se a restituição for feita em exercício em que não houve o recebimento do recurso, deve ser contabilizada como despesa orçamentária.

**12.2** - No caso de lançamentos manuais em que ocorram erros de escrituração do ente (não motivados por informações incorretas dos contribuintes), a correção deve ser feita por meio de estorno e novo lançamento correto.

**13** - Os valores retidos a título de cauções, depósitos ou consignações serão classificados como receita extra-orçamentária, devendo ser repassados a quem de direito nos prazos legais, conforme legislação vigente.

**13.1** - A receita extra-orçamentária independe de autorização legislativa.

**14.** As informações relativas à execução orçamentária e extra-orçamentária da receita deverão ser registradas tempestivamente no sistema de informática, observando o layout do Sistema APLIC – Auditoria Pública Informatizada de Contas e enviadas ao TCE no prazo estabelecido pela Resolução Normativa nº 16/2008/TCE.

**15.** Em atendimento aos artigos 13 e 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, até o último dia do mês subsequente ao do encerramento de cada bimestre, a Contabilidade em conjunto com o Orçamento avaliará as metas bimestrais de arrecadação, demonstrando o percentual de realização em relação à meta prevista no Decreto de Execução Orçamentária e as medidas adotadas visando a recuperação da receita, quando for o caso.

**15.1-** Para fins de demonstração das medidas adotadas visando a recuperação da receita, o Setor de Tributação enviará ao Setor de Orçamento até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do encerramento de cada bimestre, informações relativas às medidas de combate à evasão e à sonegação, a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

**15.2-** O resultado da avaliação deverá ser sintetizado em relatório, conforme o modelo constante do Anexo II da presente Instrução, e disponibilizado à população no site oficial do Município.

**15.3** - Caso o comportamento da receita não comportar o cumprimento das metas de equilíbrio fiscal, a Administração promoverá a limitação de empenhos e movimentação financeira, obedecendo aos critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

# *Prefeitura Municipal de Brejetuba*

**16.** Atendendo a Lei 9.452/1997, o setor de comunicação/informática da Prefeitura enviará diariamente mensagem eletrônica aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, notificando o recebimento de recursos federais.

**16.1** - A mensagem eletrônica deverá conter no mínimo as seguintes informações:

- a) Codificação de receita;
- b) Especificação da receita;
- c) Valor recebido;
- d) Data do recebimento.

**16.2** - O setor de tesouraria enviará diariamente ao setor de comunicação/informática relatório constando informações sobre o recebimento de recursos federais;

**16.3** - O setor de comunicação/informática manterá arquivado eletronicamente os comprovantes de envio das notificações.

**17.** A tesouraria do Município, ou servidor que exerça a função, fica obrigado à apresentação do Boletim Diário de Tesouraria - BDT, que estará à disposição na Prefeitura Municipal, até o segundo dia subsequente ao da informação.

**17.1.** O Boletim Diário de Tesouraria ficará disponível a população por um período mínimo de 30 (trinta) dias. **18.** Atendendo a Lei Orgânica Municipal, Lei 9.755/1998 e Instrução Normativa nº 28/1999 do TCU – Tribunal de Contas da União, o setor de contabilidade de cada entidade disponibilizará no site oficial, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, as seguintes informações da receita:

- a) tributos e contribuições arrecadados no mês e o montante acumulado no exercício;
- b) recursos recebidos no mês e o montante acumulado no exercício, oriundos de transferências constitucionais e voluntárias.

**18.** A contabilidade manterá arquivados os documentos referentes a execução da receita, no mínimo, até 05 (cinco) anos após o julgamento das contas, conforme Resolução 14/2001 do Conselho Nacional de Arquivos Públicos.

# *Prefeitura Municipal de Brejetuba*

**19.** Caso haja pendências (Ex: ações judiciais) os documentos deverão ficar arquivados até a resolução da pendência.

## **VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**1.** As entidades da administração indireta, como unidades orçamentárias e órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Município, sujeitam-se à observância da presente Instrução Normativa.

**2.** O servidor público que descumprir as disposições desta normativa ficará sujeito à responsabilização administrativa prevista em lei.

**3.** Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à UCI que, por sua vez, através de procedimentos de controle, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

**4.** Esta instrução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Brejetuba-ES, 16 de junho de 2014.

**JOÃO DO CARMO DIAS**

BREJETUBA  
15 de dezembro de 1995  
Prefeito Municipal

**RITHIELLI DOS SANTOS ULIANA**

Controlador Geral

*Brejetuba ES - Brasil*

# Prefeitura Municipal de Brejetuba

DECRETO NORMATIVO Nº 112/2014.

“APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO Nº. 001/2014, QUE DISPÕE PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EXTRA ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJETUBA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município,

## DECRETA:

**Art. 1º.** O registro da execução orçamentária e extra-orçamentária da receita, referente ao Sistema de Contabilidade obedecerá aos critérios e formatação definidos na Instrução Normativa SCO nº 001/2014, aprovada por este decreto.

**Art. 2º.** Os órgãos e entidades da administração indireta, como unidades executoras do Sistema de Controle Interno, sujeitam-se, no que couber, à observância das rotinas de trabalho e dos Procedimentos de Controle estabelecidos através desta Instrução Normativa ora aprovada além de outras expedidas e aprovadas pelo Chefe do Executivo.

**Art. 3º.** Caberá à Unidade de Controle Interno - UCI prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brejetuba-ES, 16 de junho de 2014.

**JOÃO DO CARMO DIAS**

Prefeito Municipal

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

